

# PEDRA, CAL E BRONZE: O GUARDA DE CHAFARIZ NO RIO DE JANEIRO ESCRAVISTA XIX (1830-1850)

ANITA CORREIA LIMA DE ALMEIDA\*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO – BRASIL

## RESUMO

O artigo procura estudar as dinâmicas do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, examinando-se, em particular, a atuação dos guardas de chafariz. Tanto no período colonial, como no império, as fontes públicas foram edificadas como marcos de poder no mundo urbano. No entanto, a partir dos pontos de distribuição hídrica, numerosos aguadeiros ainda precisavam completar o circuito até as moradas, o que determinava a presença maciça de pessoas escravizadas nos chafarizes da cidade. Do ponto de vista dos órgãos da administração, isso impunha a necessidade de vigilância nos espaços da água no sentido da manutenção dos equipamentos, mas também do controle estrito de seus frequentadores. Nesse contexto, parecem ter sido conformados os princípios que definiram o papel desses agentes públicos – os guardas de chafariz – no Rio de Janeiro oitocentista.

**Palavras-chave:** Abastecimento de água; guarda de chafariz; escravidão; Rio de Janeiro.

## RESUMEN

El artículo busca investigar las dinámicas del abastecimiento de agua en la ciudad de Río de Janeiro, a lo largo del siglo XIX, examinando, en particular, el desempeño de los guardias de fuentes. Tanto en la época colonial, como en el imperio, las fuentes públicas fueron construidas como hitos de poder en el mundo urbano. Sin embargo, desde los puntos de distribución de agua, numerosos aguadores aún necesitaban completar el circuito hasta los hogares, lo que determinó la presencia masiva de personas esclavizadas en las fuentes de la ciudad. Desde el punto de vista de los órganos de administración, esto imponía la necesidad de vigilancia en los espacios de agua con el fin de mantener los equipos, pero también el estricto control de sus usuarios. Fue en este contexto que los principios que definieron el papel de estos agentes públicos - los guardias de la fuente - parecen haberse conformado en el Río de Janeiro del siglo XIX.

**Palabras clave:** Abastecimiento de agua; guardia de la fuente; esclavitud; Río de Janeiro.

## ABSTRACT

The aim of the article is to study the dynamics of water supply in the city of Rio de Janeiro throughout the XIXth century, examining, particularly, the roles of fountain guards. Both in the colonial period and in the Empire, public fountains were built as landmarks of power in the urban world. However, numerous water carriers were still needed to complete the circuit from the water distribution points to the residences, which determined the massive presence of enslaved people in the city's fountains. From the point of view of government agencies, this imposed the need for surveillance in the water spaces in order to maintain the equipment, but also to strictly control its visitors. It was in this context that the principles that defined the role of these public agents - the fountain guards - seem to have been shaped in the XIXth century Rio de Janeiro.

**Keywords:** Water supply; fountain guard; slavery; Rio de Janeiro.

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [anita.almeida@unirio.br](mailto:anita.almeida@unirio.br).

## INTRODUÇÃO

Planejado pelo menos desde o princípio do século XVII<sup>1</sup>, o primeiro sistema de abastecimento hídrico da cidade do Rio de Janeiro – implementado com a captação do rio Carioca – demorou mais de cem anos para ser concluído. Finalmente, em 1723, a água jorrou no chafariz instalado ao pé da ladeira do Convento dos franciscanos.

Segundo a definição do *Diccionario* de Antonio de Moraes Silva (1755-1824), chafariz é obra "mais, ou menos artificiosa [ou seja, feita com arte e engenho], onde há bicas, que lançam água"<sup>2</sup>; no geral, era edificado em pedra, cal e bronze. Para "grande comodidade e conveniência" do "povo" da cidade<sup>3</sup>, assim foi feito nesse primeiro equipamento, que ficaria conhecido como fonte da Carioca. Uma placa aludindo à conclusão da obra durante o governo de Aires de Saldanha (1719-1725) assinalava a presença da coroa no espaço urbanizado da América portuguesa.<sup>4</sup>

Na cidade colonial, as dinâmicas em torno da água foram longamente marcadas por um forte nexos com a escravidão, como atesta, por exemplo, uma provisão régia de 6 de maio de 1672. O documento tratava das dificuldades no abastecimento e respondia favoravelmente a uma demanda enviada pela Câmara do Rio de Janeiro a Lisboa para que o "dinheiro do subsídio pequeno" fosse encaminhado para as obras de captação do rio Carioca. A justificativa para o pedido amparava-se no inconveniente de não haver mananciais a menos de uma légua de distância, e concluía: "causando grande trabalho à condução de se trazer [água] à cidade, por ser às costas de escravos".<sup>5</sup>

Graças à engenharia do aqueduto, a implantação do chafariz próximo aos franciscanos garantiu que o líquido efetivamente alcançasse o espaço urbano. Eliminava-se a necessidade de

<sup>1</sup> Segundo Souza Reis, que se apoiou em informações do historiador Noronha Santos, menos de quarenta anos depois da fundação da cidade, no governo de Martim Correia de Sá (1602-1608), a captação do rio Carioca começou a ser cogitada. REIS, J. S. Arcos da Carioca. In: *Arquitetura oficial I: textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAU-USP, 1978 [1 ed. 1955], p. 59.

<sup>2</sup> SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. 2 T. Lisboa: Na Typographia Lacérdina, 1813.

<sup>3</sup> Citado em REIS, 1978, p. 75.

<sup>4</sup> Na placa, lia-se: "Sendo governador Aires de Saldanha se fez sob sua direção essa obra. Principiou em 1719. E foi concluída em 1723." REIS, 1978, p. 73.

<sup>5</sup> Provisão régia de 6 de maio de 1672. Cópia anexada em documentação do século XVIII, de 12 de novembro de 1729. PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU/ACL/CU/017-1. Cx. 27. Doc. 6078. Segundo Vivaldo Coaracy, nos primeiros tempos da cidade, houve a presença de escravizados indígenas entre os aguadeiros e, mais tarde, o pregão em língua geral "Hy! Hy!" seguiu sendo utilizado pelos africanos. COARACY, V. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 175.

ser transportado de longe, dos arrabaldes, às costas de pessoas escravizadas, como havia ocorrido até então, segundo o que se lê no texto da provisão seiscentista. A partir desse primeiro ponto de abastecimento, outros foram construídos, utilizando-se a mesma água do Carioca, como o chafariz do Terreiro do Carmo (substituído, mais tarde, pelo que foi instalado junto à mureta, em frente ao Paço), o das Marrecas ou o do Largo do Moura. Ao longo do oitocentos, houve a captação de novos mananciais, tanto no Maciço da Tijuca, como em áreas mais afastadas, e chafarizes e bicas se espalharam pela cidade.

Ainda que, com os sucessivos esforços de captação, o líquido tenha se tornado acessível no meio urbano, a escravidão continuou a ocupar um papel central no abastecimento, uma vez que restava um trajeto – dos pontos de distribuição aos locais de uso – a ser percorrido. Assim, a apanha, o transporte e a venda de porta em porta permaneceram atividades executadas por aguadeiros escravizados. É fato que o comércio de água também foi exercido por pessoas livres (ou por libertos) e, mais para o final do século XIX, a cidade contou com serviços de empresas de carroças de pipas d'água<sup>6</sup> e com trabalhadores imigrantes. Os espaços da água, contudo, seguiram frequentados pelos encarregados de abastecerem a morada de seus proprietários ou por aqueles submetidos ao ganho e ao aluguel. Os aguadeiros, com os seus barris sobre a cabeça, mas também as lavadeiras, que utilizavam os tanques de lavar roupa existentes, garantiam um fluxo incessante de escravizados às fontes públicas.<sup>7</sup>

Entre as muitas perspectivas que os estudos sobre as dinâmicas da água trazem para o historiador da vida urbana, a que se quer ressaltar aqui é a do controle social. Nas bicas e chafarizes – esses espaços da diáspora africana –, a estreita vigilância a que seus frequentadores foram submetidos se iniciou praticamente junto com a edificação dos primeiros equipamentos na cidade. Para tomar-se um exemplo, em agosto de 1727, pouco tempo depois da inauguração do chafariz próximo aos franciscanos, os oficiais camarários escreveram a Lisboa, em meio a uma série de desavenças com o governador Luís Vaía Monteiro (1725-1732). Queixavam-se de

<sup>6</sup> Ver SANTOS, N. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 10, Rio de Janeiro, 1946.

<sup>7</sup> Ver METCALF, A. C.; SMITH, S. M.; KENNEDY, S. W. 'A mere gutter!' The Carioca Aqueduct and water delivery in mid-nineteenth-century Rio de Janeiro. *Urban History*, v. 49, n. 1, February 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/S096392682000084X> [Opens in a new window]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/urban-history/article/mere-gutter-the-carioca-aqueduct-and-water-delivery-in-midnineteenthcentury-rio-de-janeiro/24FE15BF67F51C58D144A4D67EACE345#>. Acesso em: 21 jun. 2024.

que ele havia mandado encerrar a "sentinela contínua que fazia um soldado pago chamado José Cordeiro na Fonte da Carioca" cuja função era evitar as "pendências" que ocorriam ali "com o ajuntamento dos pretos, que vão buscar água desde às quatro horas da madrugada até às onze da noite"<sup>8</sup>. Além disso, o homem também zelava pela manutenção do encanamento e a limpeza do local. Solicitava-se, assim, o restabelecimento do serviço suspenso por ordem de Vaía Monteiro.

Embora não se conheça o desfecho da disputa entre o governador e a Câmara, a leitura da documentação deixa ver que, desde os primeiros tempos, houve a preocupação com o "ajuntamento dos pretos" no entorno das fontes públicas, sendo a vigilância permanente desses espaços considerada indispensável pelo poder municipal.

A proibição do chamado "ajuntamento"<sup>9</sup> de pessoas escravizadas, inserida num esforço mais geral de normatização das condutas nos espaços públicos, tornar-se-á uma preocupação cada vez maior das autoridades locais à medida que esse contingente cresce, acabando por render "ao Rio de Janeiro o título, pouco honroso, de maior cidade escravista das Américas"<sup>10</sup>. De fato, a cidade conheceu múltiplas modalidades de vigilância, como, por exemplo, a legislação que estabeleceu o "toque de recolher" noturno, instituído em 1825 e em vigor até a década de 1870. Baseada na regulação do tempo, a norma restringia os horários – e não os locais – permitidos para a circulação.<sup>11</sup>

Em *Sonhos africanos, vivências ladinas* (1998), Maria Cristina Wissenbach, ao estudar São Paulo, chamou a atenção para a mobilidade que caracterizou a escravidão urbana, com a

<sup>8</sup> Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro de 9 de agosto de 1727. PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU/ACL/CU/017. Cx. 18, D. 1984. Ver, no mesmo sentido, Carta dos oficiais da Câmara de 21 de agosto de 1728. PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino AHU/ACL/CU/017. Cx. 19, D. 2111, e, ainda, Ofício do governador de 7 de agosto de 1729. PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU/ACL/CU/017. Cx. 20, D. 2192. Segundo Moreira de Azevedo, uma carta-régia de 20 de fevereiro de 1731 concedeu uma sentinela para o chafariz da Carioca. AZEVEDO, M. de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969, v. 1, p. 536. Ver também SILVA, R. A luta pela água. In: SILVA, F. N. (dir.). *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record, 1965, p. 314.

<sup>9</sup> Sobre a proibição de ajuntamentos, ver SANTANA, K. L. de O. e S. Ajuntamentos e política na Corte regencial (1831 - 1833). *Revista Ágora*, Vitória, v. 31, n. 1, p. e-2020310105, 2020. DOI: 10.46812/e-2020310105. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/28930>. Acesso em: 28 set. 2024.

<sup>10</sup> SANTOS, Y. L. dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, p. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463324ed00519>. Acesso em: 4 de out. 2024.

<sup>11</sup> Ver CHAZKEL, A. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31–48, 2013.

criação de territórios sociais submetidos à vigilância, mas também marcados por uma intensa sociabilidade. Wissenbach julgou que os chafarizes, esses pontos de abastecimento de água, ocupavam um lugar privilegiado nesse sentido, oferecendo amplas possibilidades de convívio social a seus frequentadores habituais.<sup>12</sup>

Este artigo pretende investigar o monitoramento que incidiu sobre os espaços da água no Rio de Janeiro, examinando uma forma particular de controle da vida urbana concebida especificamente para as fontes públicas: os guardas de chafariz. Para tal, procura acompanhar a história dos personagens centrais do aparelho repressivo, sondando as funções que exerceram, o papel que lhes era atribuído e, ainda, a maneira como o tema foi tratado na imprensa.

## O PODER QUE EMANA DOS CHAFARIZES

A historiadora da arte e do urbanismo Luísa Trindade, em estudo sobre o abastecimento das cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI, observou: "o prover de água à população, sobretudo em abundância, é também um fortíssimo investimento simbólico, potenciador de uma imagem de magnificência, eficácia e poder".<sup>13</sup> Ainda no campo do simbólico, a obra *Príncipe perfeito* (1790), de Francisco Antônio de Novaes Campos, pode fornecer um exemplo nesse sentido. Parafraseando o jurista espanhol Juan de Solórzano Pereira (1575-1655), o manuscrito, oferecido a D. João e pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, traz ensinamentos de como *bem governar*. Seus emblemas, ou sentenças morais, são formados por gravura e versos. Um deles, "Com prêmios tudo assim tão bem floresce"<sup>14</sup>, compara a benevolência recomendada ao príncipe, no tratamento de seus súditos, com a oferta de água às plantas, para que brotem. Como ilustração, traz a imagem de um chafariz (Figura 1), já utilizada nas edições de Solórzano.

<sup>12</sup> WISSENBACH, M. C. Os pequenos do chafariz: escravos e forros na cidade. In: *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec/USP, 1998, p. 179-207.

<sup>13</sup> TRINDADE, L. A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In: Lorezo Bartolozzi, María del Mar; Méndez Hernán, V. (coord.). *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 367-380, 2014.

<sup>14</sup> CAMPOS, F. A. de M. *Príncipe perfeito*. Emblemas de D. João de Solórzano Parafraseados em Sonetos portugueses; e oferecidos ao sereníssimo senhor D. João Príncipe do Brasil pello Baxarel Francisco Antonio de Novaes Campos. Anno de 1790. BRASIL. Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos, 50,4,013. Há uma edição fac-similar do manuscrito da Biblioteca Nacional publicada em Lisboa pelo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1985).

Figura 1 – Emblema da obra *Príncipe perfeito* (1790)

Fonte: *Príncipe perfeito*. Emblemas de D. João de Solorzano Parafraseados em Sonetos portugueses; e offerecidos ao serenissimo senhor D. João Principe do Brazil pello Baxarel Francisco Antonio de Novaes Campos. Anno de 1790. Manuscrito. Detalhe. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (Brasil)

O apuro estético com que os chafarizes eram construídos, inclusive na América portuguesa, fornece elementos que apontam para a importância que se esperava que ocupassem como marco edificado no espaço urbano. Além disso, brasões de armas, esfera armilar, inscrições, datas e outros elementos, quer originais, quer acrescentados em momentos de reforma, ajudavam a compor e a dar sentido ao conjunto. Na fonte em frente ao Paço, a segunda construída no largo, uma inscrição talhada numa placa oval diz, traduzida, o seguinte: enquanto Febo, o deus do sol, queima os povos com seu carro de fogo, o vice-rei Vasconcellos expelle da cidade a sede; e segue: Febo "retrocede já e, deixando a mansão celeste, esforça-te, é melhor, por ajudar o ilustre homem".<sup>15</sup> O conjunto de mureta, cais e chafariz, contendo a água do mar e dando um contorno preciso e uniforme à praça, justamente em frente à fachada principal do paço dos vice-reis, constituía-se, assim, em notável marco da presença do poder da coroa portuguesa na cidade.

<sup>15</sup> Ver a tradução da inscrição em CORRÊA, M. *Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s. d., p. 34.



Como sugeriu a historiadora Jorun Poettering, seria importante observar, no entanto, que as fontes públicas eram conformadas, do ponto de vista social, a partir da tensão permanente entre duas dimensões que a caracterizavam: uma como *espaço edificado*, concebido pelas elites administrativas, outra como *espaço vivido*, em que seus frequentadores, africanos e afrodescendentes, escravizados ou libertos, e mesmo homens livres pobres, atuavam.<sup>16</sup>

De fato, os chafarizes não apenas eram frequentados, como foram até mesmo construídos – embora não concebidos – pelas mãos de pessoas escravizadas, como, de resto, ocorria nas obras públicas. Um exemplo pode ser colhido num aviso de fuga publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, no início de 1815:

No dia 18 do corrente Janeiro desapareceu, indo como servente para as obras do chafariz do Campo de Santana, um escravo por nome *Domingos* de nação *Congo*, ainda novo, de estatura ordinária [...]; quem dele tiver notícia queira participar a *Francisco Joaquim da Silva Nazareth* [...].<sup>17</sup>

## AS FUNÇÕES DO GUARDA DE CHAFARIZ

No período imperial, assim como na colônia, garantir o abastecimento de água à população e zelar pelas fontes públicas, no sentido de uma regulação no âmbito do poder municipal, eram atribuições da Câmara como parte de sua atuação no ordenamento urbano. De acordo com o Regimento de 1828, à instituição cabia "tudo quanto diz respeito à polícia [ou seja, à vida polida e civilizada], e economia das povoações, e seus termos".<sup>18</sup> Entre as diversas ações enumeradas na legislação, em primeiro lugar, figuravam:

Alinhamento, limpeza, iluminação e despachamento [desobstrução] de ruas, cais e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edifícios e prisões públicas, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e quaisquer

<sup>16</sup> POETTERING, J. Water and the struggle for public space: social negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro's waterworks. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, v. 5, n. 2, July, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25160/bjbs.v5i2.24998>. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/24998>. Acesso em: 21 jun. 2024.

<sup>17</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de janeiro de 1815, p. 3. Todos os jornais consultados pertencem ao acervo da Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional Digital – BND), Brasil.

<sup>18</sup> Lei de 1º de outubro de 1828. In: *Collecção de leis do Império do Brazil de 1828, Parte I*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 83.

outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações.<sup>19</sup>

Embora as fontes públicas fossem da alçada da Câmara, que decidia pela necessidade de construí-las, ou mesmo de demoli-las, e que exercia funções de fiscalização, no caso específico da corte, parte da gestão e da conservação das obras públicas, durante o século XIX, esteve a cargo da Intendência Geral de Polícia<sup>20</sup> e, mais tarde, de órgãos do poder central, como a Administração das Obras Públicas, criada em 1825, e subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

O Regulamento da Administração das Obras Pública, aprovado em 1º de dezembro de 1836, determinava que o órgão englobasse os seguintes cargos: inspetor geral, fiscal, almoxarife, escrivão [para escriturar receitas e despesas], mestres [para executarem as plantas e os riscos], contramestres, feitores [para vigiarem os trabalhadores das obras], oficiais, serventes e, ainda, guardas. A atuação destes últimos, exclusivamente voltada para o bom funcionamento dos equipamentos de abastecimento de água da cidade, foi objeto de dois artigos do Regulamento.

O Art. 19 dizia: "Haverá o número de Guardas que for preciso para vigiar os encanamentos, e a conservação das obras feitas; limpar e desentupir os ralos; varrer e manter em asseio os chafarizes, bicas de água e fontes públicas". O Art. 20 tratava das atividades a serem desempenhadas, que eram duplas: uma voltada para encanamentos diversos e outra especificamente para as fontes públicas. A primeira tarefa dos guardas era manter sempre limpo o prolongamento do aqueduto, em cada área, "varrendo e tirando do meio dos canos [...] todo e qualquer embaraço que detenha as águas, e dando parte de qualquer ruína logo que for vista [...]". Quanto à segunda função, era a que se relacionava aos pontos de distribuição de água e a seus frequentadores: "Trazer sempre o recinto dos chafarizes e fontes muito bem varrido [...], e

<sup>19</sup> Lei de 1º de outubro de 1828. *Idem*.

<sup>20</sup> No relatório que Paulo Fernandes Viana elaborou sobre suas realizações como Intendente da Polícia (1808-1821), mencionam-se os chafarizes que foram construídos na cidade. VIANA, P. F. Abreviada demonstração dos trabalhos de Polícia em todo o tempo que serviu o desembargador do paço Paulo Fernandes Viana de 5 de abril de 1808 a 26 de fevereiro de 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 55, Parte I, 1892, p. 373-380. Para a história da Polícia, ver HOLLOWAY, T. H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. Sobre a Intendência-Geral de Polícia, ver SILVA, M. B. N. da. A Intendência-Geral de Polícia: 1808-1821. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204, jul./dez. 1986.



dando miudamente parte do que ocorrer e demandar conserto; e não consentir desordem ou tumulto em torno das bicas de serventia publica". O texto legal seguia, determinando: "Os Guardas usarão de espada e pistola."<sup>21</sup>

Com o Regulamento n. 44, de 12 de março de 1840, o órgão passou a denominar-se Inspeção Geral das Obras do Município da Corte. Munido de um corpo permanente de engenheiros e sendo responsável pelo abastecimento de água da cidade, dedicou-se à difícil questão da proteção das nascentes, ao mesmo tempo em que também atuava na manutenção de encanamentos e chafarizes.<sup>22</sup> Especificamente no que diz respeito aos guardas, o Decreto n. 302, de 2 de junho de 1843, estipulou o seguinte:

Art. 13. Aos Guardas compete:

§ 1º. Executarem pontualmente o Regulamento, que lhes der o Inspetor [...].

§ 2º Vigiares na conservação dos encanamentos [...].

§ 3º Velarem sobre a limpeza, e conservação dos chafarizes, distribuírem as águas com imparcialidade, e coibirem desordens.

§ 4º Prenderem os infratores dos dois parágrafos precedentes; e conduzi-los imediatamente [...] à Guarda Policial mais próxima.

§ 5º Servirem de feitores das obras [...].

§ 6º Conservarem boa inteligência e harmonia com os donos das chácaras, por onde passam os encanamentos; e não terem a mínima relação com seus fâmulos, ou escravos.

Art. 14. Os Guardas usarão do uniforme de jaqueta de polícia de pano azul avivada de azul claro, e boné do mesmo [...].

Art. 15. Os Guardas dos aquedutos andarão armados de espada, e pistolas; e os dos chafarizes de espada e junco.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Decreto de 1º de dezembro de 1836. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1836*. Parte II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1864, p. 219-226.

<sup>22</sup> MARTINS, M. F. V. A floresta e as águas do Rio: a Inspeção Geral de Obras Públicas e as intervenções urbanas para abastecimento e reflorestamento na primeira metade do século XIX. *Intellectus*, a. XIV, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/20979>. Acesso em: 21 jun. 2024.

<sup>23</sup> Decreto n. 302, de 2 de junho de 1843. In: *Collecção das leis do Impero do Brasil de 1843*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868. Tomo VI. Parte II, p. 105-106.

Com a criação da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1860<sup>24</sup>, o cargo de guarda foi incorporado ao novo órgão e as nomeações, dispensas, licenças, bem como outros atos referentes a esses servidores passaram a ser publicadas nos jornais. Tomando-se o ano 1870 como exemplo, quem lesse a edição do *Diário do Rio de Janeiro* de 2 de setembro ficaria informado, por um aviso assinado pela Secretaria, da nomeação de "Augusto César Porto para o lugar de guarda de chafariz, vago pelo falecimento de Manoel Villa Real".<sup>25</sup> Em janeiro do ano seguinte era a vez de Manoel Alexandre de Menezes ocupar o lugar de guarda (do chafariz do Largo do Paço), com a demissão do anterior<sup>26</sup>, e, finalmente, em 11 de julho, lia-se que João Valente Tavares havia sido demitido, a pedido do próprio.<sup>27</sup> A Pagadoria do Tesouro também fazia publicar no jornal seus atos, como em 13 de maio de 1871, quando anunciou: "[...] se pagarão hoje aos guardas dos chafarizes e aos operários das obras públicas, idênticos vencimentos, continuando o pagamento nos dias 15 e 16 do corrente".<sup>28</sup>

A paisagem urbana ocupou um lugar de relevo na cultura visual oitocentista e, como se sabe, o Rio de Janeiro, graças aos artistas viajantes, notabilizou-se nessa produção. Muitas das vistas da cidade voltaram-se para espaços da água, como o aqueduto da Carioca, especialmente para o trecho dos arcos, ou para as numerosas fontes públicas.<sup>29</sup> Um exame desse material revela que em algumas ocasiões os artistas incluíram em suas obras o que se acredita serem representações dos guardas de chafariz. Seria o caso, por exemplo, da litografia produzida pela firma Ludwig e Briggs<sup>30</sup>, em 1845, *Antigo Chafariz da Carioca e Novo chafariz da Carioca*, de que se reproduz aqui apenas um detalhe, no qual é possível ver dois guardas ocupando o nível mais elevado da edificação (Figura 2).

<sup>24</sup> Ver GABLER, L. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). *Cadernos Mapa, n. 4. Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

<sup>25</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de setembro de 1870, p. 1.

<sup>26</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de janeiro de 1871, p. 1.

<sup>27</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1871, p. 2.

<sup>28</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de maio de 1871, p. 2.

<sup>29</sup> Para uma pesquisa com essa temática ver SILVA, F. L. da. Águas revoltas: as tensões entre aguadeiras/os à beira do chafariz. *Anais do 41º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, São Paulo, n. 41, p. 467-478, 2022.

<sup>30</sup> Sobre a Litografia Ludwig & Briggs ver TURAZZI, M. I. A representação de tipos e cenas do Brasil imperial pela Litografia Briggs. *Caiana*, v. 3, 2013. Disponível em: [http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article\\_2.php&obj=120&vo l=3](http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_2.php&obj=120&vo l=3). Acesso em: 24 maio 2024.

Figura 2 – Antigo Chafariz da Carioca. Ludwig & Briggs [1845].



Fonte: Antigo Chafariz da Carioca [e] Novo Chafariz da Carioca. Litogravura. Ludwig e Briggs [1845]. Detalhe. Biblioteca Nacional (Brasil)

Outro exemplo de vigilância sobre os frequentadores das fontes pode ser encontrado numa das litografias que Jean-Baptiste Debret (1768-1848) inseriu em sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, publicada na França entre 1834 e 1839. A respeito da prancha a que chamou "Os refresco do Largo do Palácio" (Figura 3), o artista disse ter procurado retratar a vida dos homens de posses médias, sempre prontos, a qualquer hora, para comprarem guloseimas e tomarem ar fresco num passeio despreocupado. Na cena que se desenrola junto

ao chafariz em frente ao palácio, duas guaritas são visíveis: uma ao fundo, muito próxima à fonte, que surge jorrando água, outra, no primeiro plano, à direita, com uma sentinela postada à frente. As guaritas<sup>31</sup> parecem fazer parte do sistema de vigilância das fontes, e acredita-se que não sejam uma exclusividade do Largo do Paço, uma vez que é possível reconhecê-las em imagens de artistas que retrataram o entorno de outros desses espaços de apanha de água na cidade.

Quanto à figura no primeiro plano, talvez Debret tenha inserido em sua litografia uma representação do guarda de chafariz. O mais provável, porém, é que o homem com a arma no ombro estivesse relacionado a um controle extra existente especificamente nesse local, a que a documentação faz referência, e que se imagina pudesse estar ligado à segurança do palácio, cuja fachada principal ficava justamente em frente ao cais. Além disso, à esquerda, o homem que bebe água diretamente de um barril, e que segura o quepe na mão, também parece usar uniforme de sentinela.

O que se sabe, de fato, é que até o início da década de 1840, os frequentadores desse espaço em particular foram objeto de uma dupla vigilância. Em setembro de 1841, no entanto, o Ministério do Império solicitou que fosse suprimida a sentinela do chafariz do Largo do Paço "em razão dos conflitos suscitados entre ela e o guarda, incumbido pela inspeção das obras públicas, de manter a polícia do mesmo chafariz".<sup>32</sup> No mês seguinte, a ordem foi acatada<sup>33</sup> e, provavelmente, daí em diante, a fonte do Largo seguiu apenas com o guarda de chafariz que lhe fora designado pelas Obras Públicas.

<sup>31</sup> As guaritas dos chafarizes são semelhantes às que existiam em outras instituições, como, por exemplo, às que aparecem representadas em duas aquarelas dedicadas à Prisão do Aljube: *Vista da prisão na rua de Joaquim no Rio de Janeiro*, de Thomas Ender (s.d.), e *Carros de bois com alimentos para presos* (1822), de Jean-Baptiste Dedret. Ambas estão reproduzidas no catálogo *Ender e o Brasil: obra completa*, organizado por Julio Bandeira. Rio de Janeiro: Capivara, 2022, p. 199.

<sup>32</sup> Ministério da Justiça, expediente, setembro. *Jornal do Commercio*, 16 de setembro de 1841, p. 1.

<sup>33</sup> Ministério do Império, expediente, setembro. *Jornal do Commercio*, 8 de outubro de 1841, p. 1.



Figura 3 – Os refrescos do Largo do Palácio. Jean-Baptiste Debret (1834 e 1839)



Fonte: Debret, Jean Baptiste. Les rafraîchissements de l'après dîner sur la place du palais. In: *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. New York Public Library.

A imprensa fornece informações gerais sobre as demandas da população em relação às fontes públicas, como a queixa publicada em agosto de 1860 contra o mau funcionamento do chafariz das Marrecas e de outros, e que se encerra com a seguinte exclamação: "Até as promessas feitas de pedra, cal e bronze falham atualmente!"<sup>34</sup> Mas ela também deixa perceber um conjunto de críticas e demandas especificamente em relação à atuação dos guardas de chafariz. Lendo os jornais é possível observar uma série de reclamações contra o que era considerado procedimento incorreto ou ilegal dos guardas, algumas feitas em tom jocoso, como uma publicada em março de 1870:

<sup>34</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de agosto de 1860, p. 1.

Ato de Misericórdia – É um dever de bom cristão dar de beber a quem tem sede.

Não pensa assim um guarda de chafariz, de nome Alexandre, que deixa morrer à sede os moradores da travessa da Vista Alegre, em Catumbi. Esse novo Alexandre em punho fecha em suas mãos as torneiras de água, e só abre a quem lhe passa certa varinha mágica que faz logo jorrar a água abundantemente. Recomendamos este Alexandre, transformado em Moisés, a quem de direito pertença olhar para estas coisas.<sup>35</sup>

Denúncias de corrupção ou de favorecimento foram comuns. Uma nota de junho de 1865 dizia: "[...] Continuam os pobres moradores do Castelo a sofrer sede intensa. A causa principal dessa falta é o guarda do chafariz que mora longe, chega tarde e a más horas, de modo que não cumpre as suas obrigações." O texto segue, lançando uma insinuação: "Dizem-nos também que exige e tem recebido dinheiro de alguns moradores para desempenhar os deveres para que já é assalariado."<sup>36</sup> Quinze dias depois, a Secretaria enviou uma resposta ao jornal, contestando as alegações do leitor:

O inspetor geral das obras públicas informa que tendo o hospital da Santa Casa, estabelecimento de suma importância, demanda maior de quantidade de água para seu uso, indispensável foi reduzir-se o volume distribuído pela chafariz do castelo aos respectivos moradores, pelo que o guarda teve ordem de conservar aberto o registro do dito chafariz pelo tempo de seis horas diariamente, não tem pois havido falta d'água nem procedem as acusações feitas ao guarda incumbido desse serviço.<sup>37</sup>

Havia queixas de vários tipos contra o que era considerado um serviço ineficiente e até acusações de favorecimentos inusitados, como a da nota publicada no exemplar de 12 de maio do *Diario*, relacionada à Freguesia de Santo Antônio e assinada pelos "Prejudicados": "Pergunta-se ao Sr. fiscal ou a quem competir, se é permitido a um guarda colocar em um chafariz público, uma manga [mangueira] para suprir sua casa de água, prejudicando desta forma os moradores desta localidade e fazendo intransitável a estrada [...]".<sup>38</sup>

<sup>35</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 5 de março de 1870, p. 1.

<sup>36</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 9 de junho de 1865, p. 2.

<sup>37</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 27 de junho de 1865, p. 1.

<sup>38</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 12 de maio de 1875, p. 3. A documentação faz referência à existência de casas destinadas à moradia dos guardas, próximas a alguns chafarizes. Para a existência dessas casas, em outra cidade, ver referências em SILVA, A. M. da S. *De fontes e aguadeiros a penas d'água: reflexões sobre o sistema de*



Além disso, alguns leitores insurgiam-se, mais genericamente, contra a gestão dos serviços por parte da administração pública. No *Jornal do Commercio* de 9 de março de 1835, uma nota assinada por "Um dos queixosos" dizia que os habitantes de Botafogo, depois de grandes privações, afinal tinham visto a instalação de um chafariz na praia. O homem a quem fora atribuído o trabalho de limpeza, no entanto, recebendo "dez tostões por dia por tal trabalho, parece ter pouco empenho em conservar esta boa diária". Como resultado, os canos viviam cheios de limo e a água guardava um sabor desagradável – "tem-se visto até correr às vezes cheias de excremento de cavalos". Enquanto isso, "o bom agente vai comendo em santo ócio" a sofrível remuneração. Em tom irônico, o leitor propôs uma solução: "O melhor meio, Sr. redator, de se conservar sempre limpo aquele chafariz, é nomear-se um homem ali morador e que possua escravos, porque ele aplicará sem dúvida diariamente algum deles neste serviço, movido do interesse que lhe resulta da percepção de um tão bom jornal". Afinal, o queixoso concluía, afirmando que, por meio daquelas linhas, apenas tinha a intenção de chamar a atenção da autoridade a quem o objeto competisse.<sup>39</sup>

Mas os jornais também eram espaço para reivindicações dos próprios agentes públicos, conforme lê-se, por exemplo, em publicação de novembro de 1863, feita a pedido dos interessados:

Seria justo examinar a possibilidade de elevar-se os ordenados dos guardas do chafariz da Carioca. O que eles atualmente ganham não lhes chega, e entretanto as exigências do serviço que os obrigam a vigiar constantemente o chafariz, não lhes permitem empregar o tempo em coisa alguma estranha.<sup>40</sup>

## A GESTÃO DA APANHA DE ÁGUA E O EXERCÍCIO DA VIOLÊNCIA

Segundo os textos legais, como se viu, a conservação das fontes e a gestão da apanha de água constituíam as duas principais missões dos guardas de chafariz. Algumas instruções que precisavam fazer cumprir decorriam de medidas que pretendiam racionalizar a distribuição

---

*abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas - RS.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

<sup>39</sup> *Jornal do Commercio*, 3 de fevereiro de 1829, p. 2.

<sup>40</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de novembro de 1863, p. 1.

do líquido. Listam-se aqui dois exemplos, colhidos em momentos diferentes ao longo do século. Em dezembro de 1828, o Intendente Geral da Polícia expediu a seguinte ordem: que o "Guarda do Chafariz da Carioca obste d'ora em diante o encherem pipas d'água naquele chafariz", devendo declarar aos proprietários de carroças d'água que "os lugares onde se devem dirigir são os chafarizes do Campo, e Lagarto"<sup>41</sup>. Em junho de 1842, a Secretaria da Inspeção Geral das Obras Públicas emitiu uma ordem semelhante, determinando que os guardas da Carioca e de Santa Rita admitissem somente as carroças para a apanha de água de meia noite até o meio-dia, ficando proibida daí em diante, sendo permitido que se dirijam aos chafarizes do Campo, do Catumbi e do Lagarto.<sup>42</sup>

Também havia a preocupação com roubos ou depredações. A atuação dos guardas de chafariz, limitada ao espaço das fontes públicas, era apoiada por outras forças de vigilância, como a própria polícia. Em abril de 1864, o caso do furto de uma torneira (possivelmente de bronze) ocupou as páginas dos jornais por alguns dias. Um indivíduo, que acabara de beber água no chafariz de Mataporcos, foi visto saindo com uma torneira na boca. Interpelado pela polícia, disse que na hora em que estava bebendo, com muita sede, a bica lhe ficou presa nos dentes, e que ele a ia levando, apenas para soldá-la. O homem foi preso e, nos dias seguintes, segundo o jornal, mais de oito torneiras foram encontradas numa caixa de ferramentas que deixara no trabalho.<sup>43</sup>

Além das medidas que buscavam garantir a distribuição de água ou a conservação dos equipamentos, uma série de outras incidia sobre o comportamento dos frequentadores, como, de resto, estava determinado nos regulamentos. Era comum que os jornais se expressassem (diretamente, ou através de publicações "a pedidos"), demandando ações restritivas, em nome do *asseio*, da *ordem* ou dos *bons costumes*, essencialmente voltadas para o controle da população que frequentava aqueles espaços. Em fevereiro de 1861, uma publicação no *Diário do Rio de Janeiro* dizia: "Falávamos ontem da invasão que as lavadeiras haviam feito do largo da Carioca para a estação de lavagem"; o jornal segue, comentando: "Não é só aquela praça a ultimamente escolhida para esse gênero de serviço; também o largo do Paço está servindo às

<sup>41</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de dezembro de 1828, p. 1.

<sup>42</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de junho de 1842, p. 2.

<sup>43</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de abril de 1864, p. 2; 16 de abril, p. 3; 19 de abril, p. 1. Sobre o julgamento de outro suspeito de roubo de torneira, ver *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de janeiro de 1877, p. 2.

lavadeiras, que não acham lugar nas outras praças da cidade", e acrescenta: "Além disso, é ali depósito de imundícies e água pútridas, para o que o guarda do chafariz olha constantemente sem lhe dar do que vai. Atenda, Sr. fiscal!"<sup>44</sup>

Em janeiro de 1839, o *Jornal do Commercio* publicou uma queixa lamentando o que estaria se passando em uma das praças mais importantes da capital, o Campo da Aclamação, onde "cotidianamente observa-se a indecência dos pretos e indivíduos mal educados". As razões alegadas para a insatisfação foram as seguintes: "demoram-se os pretos e pretas no chafariz e centro do Campo a praticarem ações ofensivas da moral e bons costumes"; por isso seria importante rogar "aos senhores advirtam seus escravos"<sup>45</sup> para que não incorram em penas impostas pelas posturas da câmara municipal, com o risco de se verem punidos com a prisão.

Duas décadas mais tarde, as reclamações não haviam se alterado substancialmente. Em dezembro de 1860, o *Diario* noticiava: "Manoel Felizardo de Souza e mais quatorze indivíduos tomavam anteontem banho no tanque do chafariz do campo da Aclamação" e, como se isso não bastasse, "mimoseavam-se [...] com palavras obscenas", sem se envergonharem com quem passava próximo. Afinal, o jornal informava: "Foram todos conduzidos ao xadrez".<sup>46</sup> Em dezembro de 1863, outro caso: "Foram presos, pela subdelegacia de S. José, nove indivíduos, por não terem domicílio e dormirem sempre pelo chafariz do Largo do Paço [...]".<sup>47</sup> Em junho do ano seguinte, catorze indivíduos, também junto ao Paço, "que viviam a vagar" e dormiam no chafariz foram igualmente levados à prisão.<sup>48</sup>

Casos de escravizados acusados de desobedecerem aos guardas ou desacatá-los revelaram-se bastante comuns. Em outubro de 1842, foi levado à prisão "um preto de nome Joaquim" porque insultou o guarda do chafariz de Santa Teresa".<sup>49</sup> Em fevereiro do ano seguinte, "um preto escravo" foi para a prisão, por igual motivo e no mesmo local.<sup>50</sup> A situação se repetia em várias fontes públicas, como aconteceu com o escravizado de nome Thomaz, acusado de ter proferido insultos contra o guarda do chafariz do Largo de Santa Rita, em maio

<sup>44</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 17 de fevereiro de 1861, p. 2.

<sup>45</sup> *Jornal do Commercio*, 18 de janeiro de 1839, p. 3.

<sup>46</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 3 de dezembro de 1860, p. 2.

<sup>47</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 26 de setembro de 1863, p. 1.

<sup>48</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 29 de junho de 1864, p. 1.

<sup>49</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 18 de outubro de 1842, p. 2.

<sup>50</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1843, p. 2.

de 1847,<sup>51</sup> ou, poucos meses depois, com o "pardo Felipe, escravo"<sup>52</sup>, no chafariz da Carioca, ou, ainda, com "o escravo Joaquim, Moçambique", preso por "desatender ao guarda"<sup>53</sup> da mesma fonte. Os exemplos de escravizados acusados de desobediência ou injúria poderiam ser facilmente multiplicados, mas as prisões de Thomaz, Felipe ou Joaquim parecem ilustrar suficientemente uma situação que se repetia com frequência contra a população frequentadora das fontes públicas.

As vozes nos jornais eram múltiplas; liam-se lá as reclamações contra a ineficiência dos guardas, as respostas das secretarias, os apelos aos fiscais etc. Estava ausente, no entanto, a perspectiva das vítimas, aliadas da sociedade letrada, embora fosse do conhecimento geral que os guardas de chafariz agiam, sistematicamente, com extrema violência contra os escravizados. Em alguns casos, no entanto, o tema dos castigos físicos surge, mesmo que indiretamente. Assim expressou-se um queixoso no jornal: "Uma semana inteira ficou um enorme gato morto junto ao chafariz da Carioca [...] sem que o horrível cheiro parecesse incomodar aos guardas do dito chafariz, aliás tão prontos a espancarem os pobres pretos que vão buscar água".<sup>54</sup>

A organização das filas para apanha do líquido fornecia um dos principais pontos de tensão nesses espaços<sup>55</sup>, situação que se agravava quando era implementada a chamada "tamina", uma certa quantidade máxima que cada um podia retirar das fontes em época de seca.<sup>56</sup> Havia acusações de que os guardas, sempre "muito liberais" na aplicação de "bordoadas nos pretos", davam preferência, sobretudo em períodos de racionamento, aos escravizados cujos proprietários eram influentes, preterindo os demais e causando assim uma insatisfação geral:

<sup>51</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de maio de 1847, p. 2.

<sup>52</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de setembro de 1847, p. 3.

<sup>53</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de setembro de 1852, p. 2.

<sup>54</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de dezembro de 1847, p. 1.

<sup>55</sup> Estudando os conflitos em torno dos chafarizes, sobretudo entre aguadeiros escravizados e empresas de pipas d'água na cidade de São Paulo, Denise Sant'Anna anotou que uma resolução da Câmara, de abril de 1870, criara a figura do zelador de encanamentos e chafarizes da cidade, com a gratificação de 500\$000; ela observa, no entanto, que a função já existia antes dessa data. SANT'ANNA, D. B. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2008, p. 104.

<sup>56</sup> Vieira Fazenda (1847-1917) diz que na Carioca havia uma "Casa da guarda estabelecida por Gomes Freire de Andrade para prevenir desordens no chafariz, mormente em ocasiões de secas, provocadas pelos pretos que disputavam primazia em encher seus barris e potes". Segundo o autor, daí se originou o nome da rua da Guarda Velha, mais tarde alterado para avenida 13 de maio, em homenagem à Lei Áurea. FAZENDA, J. V. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 95, v. 149, 1943, p. 522.

Alguns escravos queixam-se; e queixam-se com razão. Neste ou naquele chafariz onde há mais tamina, usa o guarda de uma especulação muito própria para irritá-los, pois é a causa de que os senhores ralem com eles, atribuindo à vadiação uma demora excessiva, filha só de injusta preterição. Quarenta ou sessenta escravos estão ali suspirando pelo feliz momento em que possam encher o sedento barril; o guarda teve o cuidado de dispô-los pela ordem cronológica de suas chegadas [...]. Mas quem são esses venturosos pretos que, depois de renderem homenagem ao guarda, se encaminham direto ao chafariz e põem logo o ousado barril sobre a primeira bica vaga? Pertencem a alguma grande personagem ou pessoa rica [...].<sup>57</sup>

Outro aspecto a ser observado, no caso dos guardas de chafariz, é que havia ocasiões em que esses agentes públicos, dedicados ao controle do espaço urbano, agiam diretamente a favor de interesses particulares, com fronteiras de atuação pouco demarcadas. Um aviso de fuga publicado em setembro de 1836 deixa ver uma das dimensões desse entrelaçamento:

Fugiu no dia 31 de Agosto do corrente ano, uma escrava de nome Francisca, nação Benguela, alta, magra, rosto descarnado [...] levou vestido de chita roxa com ramos encarnados, e ao pescoço lenço branco com ramos e barra encarnada; quem a apreender e a levar à travessa da Barreira ao Guarda do chafariz denominado das Boiotas, receberá boas alvissaras [...].<sup>58</sup>

Por fim, os jornais também registravam casos de frequentadores que se acidentavam, caíam doentes ou mesmo encontravam a morte nas fontes públicas. Em 7 de outubro de 1864, o *Diário* noticiava: "Foi ontem recolhido ao hospital da santa casa de Misericórdia [...] um preto que caiu junto ao chafariz do Largo do Paço".<sup>59</sup> Destino semelhante teve "o preto Francisco Ferreira da Silva", que, com uma queda no mesmo local, contundiu a cabeça gravemente<sup>60</sup>. Outro exemplo de acidente, em março de 1871: o "português menor Domingos de Amorim, estando a dormir, às 2 horas da madrugada [...], em cima do paredão do chafariz da Carioca,

<sup>57</sup> *Jornal do Commercio*, 15 de dezembro de 1847, p. 1.

<sup>58</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de setembro de 1836, p. 4.

<sup>59</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de outubro de 1864, p. 1.

<sup>60</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de maio de 1869, p. 1.

caiu sobre o lajedo e ficou gravemente ferido".<sup>61</sup> Um caso ainda mais triste seria noticiado pelo *Diario* em agosto de 1877:

Em frente ao chafariz do Lagarto à rua do Conde d'Eu, anteontem ao meio-dia, faleceu repentinamente um indivíduo de cor preta, sabendo-se mais tarde que se chamava Eugênio.

O cadáver foi recolhido ao necrotério, onde o Dr. Pereira das Neves verificou ter sido a morte causada por uma hemorragia pulmonar.<sup>62</sup>

Em meio à já mencionada vasta produção iconográfica de vistas urbanas em que os chafarizes da cidade estão representados, aqui se examina uma em particular: a gravura (Figura 4) foi produzida pelo método da água-tinta, com gravação em cobre, para o conjunto de pranchas que integrou o álbum *Souvenirs de Rio de Janeiro* (1835-1839), do litógrafo suíço Johann Jacob Steinmann (1800-1844).<sup>63</sup> Vê-se o Largo do Paço e, em primeiro plano, seu chafariz integrado à mureta e ao cais.

---

<sup>61</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 17 de março de 1871, p. 1.

<sup>62</sup> *Diario do Rio de Janeiro*, 16 e 17 de agosto de 1877, p. 1.

<sup>63</sup> Sobre a obra, ver CUNHA, L. da F. F. da. O Álbum *Souvenirs de Rio de Janeiro*, de J. Steinmann. In: *O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Edição organizada por Renata Santos, Marcus V. Ribeiro e Maria de Lourdes Vianna Lyra. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, p. 239-244, 2010.



Figura 4 – Largo do Paço. Johann Jacob Steinmann (1839)



Fonte: Johann Jacob Steinmann. *Largo do Paço*, 1839. Água-tinta e aquarela sobre papel. Gravura produzida por Frédéric Salathé a partir de desenho de Victor Barrat. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Portal Brasiliana Iconográfica.

Na gravura de Steinmann, enquanto uma carruagem cruza a praça em direção ao palácio, assiste-se, no primeiro plano, à direita, a todo o burburinho com que se desenrola a atividade em torno da fonte do Largo do Paço. Um olhar mais próximo permite perceber que foi inserida na representação a guarita de vigilância, assim como um bom número de barris sendo enchidos, outros já sobre as cabeças, compondo uma série de elementos característicos da apanha de água. Mas também está lá uma cena de açoite, em que o guarda de chafariz está pronto para lançar toda a sua fúria contra um aguadeiro (Figura 5). Tudo isso aponta para o fato de, nesses espaços, o recurso ao espancamento na opressão aos escravizados – seus principais frequentadores – ser um evento corriqueiro na vida da cidade, a ponto de os artistas desejarem fazer figurar em suas representações da vida urbana.

Figura 5 – Largo do Paço. Johann Jacob Steinmann (1839). Detalhe.



Fonte: Johann Jacob Steinmann. Largo do Paço, 1839. Detalhe. Água-tinta e aquarela sobre papel. Gravura produzida por Frédéric Salathé a partir de desenho de Victor Barrat. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Portal Brasiliana Iconográfica.

Ao lado da tentativa de controle permanente sobre os costumes, e mesmo da violência física a que era submetida a população que povoava cotidianamente os chafarizes da cidade<sup>64</sup>, esses também foram espaços de resistências<sup>65</sup>, de fugas ou de práticas culturais, como a da capoeira, com seu potencial de rebeldia.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> Em sua pesquisa, Joice Soares faz referência aos escravizados que iam aos chafarizes buscar água para a morada de seus proprietários e eram obrigados, com o emprego da força, a abastecerem os quartéis de polícia. SOARES, J. de S. *A polícia na corte imperial: mesclas e acomodações entre a inovação e a tradição*. Porto Alegre: Letra 1, 2021, p. 320-322.

<sup>65</sup> Na edição de 21 de março de 1871, o jornal *O Alabama*, de Salvador, noticiou que aguadeiras africanas fizeram um boicote (a que o jornal chamou de *meeting*) bem-sucedido contra o guarda de chafariz do Terreiro de Jesus, quando ele tentou impor regras, como proibi-las de derramarem água enquanto enchiam os barris e outras. Para uma referência ao episódio, ver BRAZIL, Erico Vital; SCHUMAHAR, S. *Mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac, 2013, p. 32.

<sup>66</sup> Ver SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

A prática da capoeira parece ter sido um elemento sempre presente nas fontes públicas, acompanhada da perseguição aos que a praticavam.<sup>67</sup> Citam-se aqui apenas dois exemplos. No primeiro caso, tem-se uma situação bastante comum na cidade: em meio às prisões realizadas pela polícia, em meados de setembro de 1847, encontra-se a de "João Congo, por capoeira e por insultar o guarda do chafariz da Carioca".<sup>68</sup> Já o segundo exemplo é de março de 1880, quando uma nota endereçada ao chefe de polícia, assinada por "Alguns queixosos", dizia o seguinte:

Chamamos a atenção de S. Ex. para um botequim que existe nas imediações do chafariz do Lagarto, próximo a uma confeitaria, no qual alguns vagabundos e capoeiras juntam-se dia e noite [...], incomodando a vizinhança com palavras obscenas. Esperam que S. Ex. dará providências.<sup>69</sup>

Quanto às fugas, eram bastante frequentes os casos de escravizados que encontravam na ida aos chafarizes uma oportunidade de se evadirem de seus escravizadores, como aconteceu, por exemplo, em setembro de 1820, com o "escravo por nome José"<sup>70</sup>, que foi buscar água e não voltou, ou em agosto de 1828, com "um moleque [...] de nação Calabar", que sumiu do Chafariz do Campo, ou, ainda, em outubro do ano seguinte, quando um anúncio de fuga informava: "desapareceu indo buscar água ao chafariz um preto ladino [...] de nome Sabino".<sup>71</sup> Outros seguiam frequentando os chafarizes mesmo depois de escaparem, provavelmente de maneira a oferecerem seus serviços, como foi o caso de Catarina, que foi vista pelo chafariz do Campo lavando roupa.<sup>72</sup> É possível imaginar que os laços criados a partir das sociabilidades existentes nos espaços da água pudessem significar um meio de se conseguir alguma ajuda em caso de fuga.

<sup>67</sup> Sobre duas fontes iconográficas que a historiografia tem relacionado à repressão à capoeira, acredita-se que tragam, igualmente, figurações dos agentes que vigiavam as fontes públicas. Na litografia *Porteus d'eau* (1835), Rugendas representou o açoitamento de aguadeiros, possivelmente promovido pelo guarda do chafariz. Na aquarela a que foi atribuído o título de *Capoeira, Brazils* (c.1822), de Augustus Earle, um agente da lei se aproxima, atravessando a cerca; um barril de água, junto a pessoas que assistem à cena, sugere que talvez também seja a representação de um guarda de chafariz.

<sup>68</sup> *Jornal do Commercio*, 24 de setembro de 1847, p. 3.

<sup>69</sup> *Jornal do Commercio*, 6 de março de 1880, p. 2.

<sup>70</sup> *Jornal do Commercio*, 9 de setembro de 1820, p. 4.

<sup>71</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de outubro de 1829, p. 3.

<sup>72</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de outubro de 1832, suplemento, p. 6.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto mais amplo de medidas de controle da população a figura do "guarda de chafariz" constituiu uma forma muito específica de vigilância, voltada para as fontes públicas. Esses equipamentos foram concebidos como verdadeiros marcos do poder, tanto na colônia como no império. Um dos pilares do sistema de abastecimento, no entanto, era o trabalho dos aguadeiros escravizados, o que transformava as fontes em espaços de conflito no momento da apanha de água, mas também de encontro e de convivência da população de africanos e afrodescendentes que, essencialmente, era quem fazia o sistema funcionar. Assim, do ponto de vista dos poderes instituídos, os espaços da água eram regidos por uma dinâmica particular, cujos frequentadores – indispensáveis – ofereciam perigo e, por isso, precisavam ser mantidos sob vigilância.

Se, no Rio de Janeiro, homens e mulheres escravizados garantiam o funcionamento da vida urbana nas mais diversas atividades, para os administradores locais era fundamental o reconhecimento de quais situações poderiam representar uma verdadeira ameaça à ordem pública<sup>73</sup>, ou seja, era necessário o exercício de uma espécie de gestão do risco. Nesse sentido, a complexa dinâmica da apanha de água – com o necessário "ajuntamento" que a própria atividade exigia e com a sociabilidade daí decorrente – fazia das fontes públicas um espaço que requeria controle permanente.

Ao longo do oitocentos, a cidade sofreu profundas transformações, inclusive na proporção entre habitantes livres e escravizados, nos arranjos de moradia, de trabalho etc. Nesse processo, as fontes públicas viveram o momento em que quase metade de sua população era constituída de pessoas escravizadas<sup>74</sup>, mas também aquele em que trabalhadores livres, e mesmo imigrantes, passaram a ter um papel central no mercado de água. Além disso, a própria infraestrutura de abastecimento sofreu alterações drásticas. O entendimento dos espaços das fontes como um lugar a ser vigiado de perto, no entanto, parece ter conhecido uma larga

<sup>73</sup> SANTOS, Y. L. dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, p. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463324ed00519>. Acesso em: 4 de out. 2024.

<sup>74</sup> Sobre as transformações nas características da escravidão urbana, ver KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [ed. original, 1987] e SOARES, L.C. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

permanência na história da cidade, atravessando o imediato pós-abolição e alcançando o século XX, em suas primeiras décadas, quando os próprios equipamentos finalmente deixarão de existir.

A partir da segunda metade do século XIX, a rede de água encanada, a chamada "pena d'água",<sup>75</sup> começou a ser implantada na cidade, embora tenha demorado muito tempo até que alcançasse a maioria das residências. Pouco a pouco, as fontes públicas passaram a ser consideradas como equipamentos obsoletos. A primeira a ser construída, a do Largo da Carioca, tinha ficado em estado de ruína na década de 1830, quando foi demolida e substituída por uma provisória, de madeira, pintada "à imitação de pedra do país".<sup>76</sup> Cinco anos mais tarde, começou no mesmo local a obra daquele que seria o maior chafariz da cidade, construído em alvenaria e com cantaria extraída da pedreira da Glória<sup>77</sup>, e que viria a ser derrubado apenas no século XX.

Essa terceira fonte da Carioca mereceu uma vasta iconografia. Aqui se reproduz uma vista estereoscópica do fotógrafo alemão, que trabalhou no Rio de Janeiro e em Petrópolis, Revert Henry Klumb (ca. 1825 - ca. 1886), pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional. Essa técnica, de que Klumb terá sido o introdutor no Brasil, consistia na produção de uma imagem dupla que, vista em um aparelho apropriado, era capaz de dar a ilusão de tridimensionalidade. A presença frequente de representações das fontes públicas na iconografia dedicada à cidade, de que a vista de Klumb é apenas um exemplo, entre outros já citados aqui, aponta para a importância desses elementos como marcos edificados, que o olhar dos artistas ajudou a destacar na paisagem urbana.

<sup>75</sup> Sobre a implantação das penas d'água, ver ALMEIDA, G. M. A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1889. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>76</sup> *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1830, p. 1. Segundo o jornal, o chafariz de madeira começou a funcionar em 15 de maio de 1830.

<sup>77</sup> Para a compra de cantaria bruta da pedreira da Glória para a obra do chafariz, ver *Jornal do Commercio*, 4 de setembro de 1837, p. 2.



Figura 6 – La Fontaine Carioca et le Couvent St. Antoine [A fonte da Carioca e o convento de São Antônio]



Fonte: Revert Henry Klumb. Fotografia, s. l., s. d. Estereograma, papel aluminado, 7 x 15 cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Contudo, no início do século XX, as antigas fontes públicas pareciam ser uma marca do passado e, na década de 1920, as vozes nos jornais defendendo a demolição do grandioso chafariz da Carioca se tornaram frequentes. Mas o importante a observar é que a tentativa de controlar a população de frequentadores seguia ocupando um papel central nos debates. Uma publicação no jornal *O Paiz*, em março de 1922, denominada "Se a polícia quisesse!...", dizia o seguinte:

Se o alto muro de pedra que esconde o reservatório de água não pode ser removido pelos operários da Prefeitura, a polícia poderia, em todo caso, impedir que à tarde, à hora do movimento maior, servisse o paredão que ladeia a fonte de ponto de reunião animada e ruidosa de molecotes e vagabundos, gente que só não é sem eira nem beira porque desfruta como propriedade exclusiva a beira – do chafariz.<sup>78</sup>

Finalmente, em setembro de 1925, os jornais anunciavam o início dos trabalhos de demolição do chafariz. A *Gazeta de Notícias* o definiu como "um pouco do velho Rio" que não

<sup>78</sup> *O Paiz*, 28 de março de 1922, p. 4.



tinha mais razão de existir. Segundo o jornal, nos últimos tempos aquela fonte vinha servido exclusivamente aos moradores do morro de Santo Antônio, sem água encanada lá em cima. Mas até isso tinha acabado, desde que um grande incêndio devastara "o sórdido casario de madeira, com cobertura de folha de zinco", que fazia com que o morro se assemelhasse ao "daquela horrível Favela, que parece uma boca de velha, gargalhando dos atavios de beleza com que se orna a cidade".<sup>79</sup> Ou seja, agora que o chafariz servia apenas às populações das áreas sem abastecimento de água encanada, onde muitos dos afrodescendentes, nos pós-abolição, tinham ido morar, para o jornal, ele precisava ser demolido, sem demora, para melhorar a circulação no largo da Carioca e, afinal, para o aformoseamento do espaço urbano. Assim terminava o tempo dos chafarizes, cujos frequentadores foram sempre vistos com temor e desconfiança, desde as primeiras edificações setecentistas até as demolições do século XX.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. *A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 e 1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- AZEVEDO, M. de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969, v. 1.
- BRAZIL, E. V.; SCHUMAHER, S. *Mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac, 2013.
- CAMPOS, F. A. de M. *Príncipe perfeito*. Emblemas de D. João de Solorzano Parafraseados em Sonetos portugueses; e offerecidos ao serenissimo senhor D. João Príncipe do Brazil pello Baxarel Francisco Antonio de Novaes Campos. Anno de 1790. Manuscrito. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (Brasil).
- CHAZKEL, A. O lado escuro do poder municipal: a mão de obra forçada e o Toque de Recolher no Rio de Janeiro oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 31–48, 2013.
- COARACY, V. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- CORRÊA, M. *Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s. d.

<sup>79</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de setembro de 1925, p. 4.

CUNHA, L. da F. F. da. O Álbum *Souvenirs de Rio de Janeiro*, de J. Steinmann. In: *O acervo iconográfico da Biblioteca Nacional: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha*. Edição organizada por Renata Santos, Marcus V. Ribeiro e Maria de Lourdes Vianna Lyra. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, p. 239-244, 2010.

FAZENDA, J. V. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 95, v. 149, 1943.

GABLER, L. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). *Cadernos Mapa, n. 4. Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

HOLLOWAY, T. H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [ed. original, 1987].

MARTINS, M. F. V. A floresta e as águas do Rio: a Inspeção Geral de Obras Públicas e as intervenções urbanas para abastecimento e reflorestamento na primeira metade do século XIX. *Intellectus*, a. XIV, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/20979>. Acesso em: 21 jun. 2024.

METCALF, A. C.; SMITH, S. M.; KENNEDY, S. W. 'A mere gutter!' The Carioca Aqueduct and water delivery in mid-nineteenth-century Rio de Janeiro. *Urban History*, v. 49, n. 1, February 2022. DOI: <https://doi.org/10.1017/S096392682000084X>[Opens in a new window]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/urban-history/article/mere-gutter-the-carioca-aqueduct-and-water-delivery-in-midnineteenthcentury-rio-de-janeiro/24FE15BF67F51C58D144A4D67EACE345>. Acesso em: 20 jun. 2024.

POETTERING, J. Water and the struggle for public space: social negotiations in the usage of Colonial Rio de Janeiro's waterworks. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, v. 5, n. 2, July, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25160/bjbs.v5i2.24998>. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/24998>. Acesso em: 21 jun. 2024.

REIS, J. S. Arcos da Carioca. In: *Arquitetura oficial I: textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAU-USP, 1978 [1 ed. 1955].

SANTANA, K. L. de O. e S. Ajuntamentos e política na Corte regencial (1831 - 1833). *Revista Ágora*, Vitória, v. 31, n. 1, p. e-2020310105, 2020. DOI: 10.46812/e-2020310105. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/28930>. Acesso em: 28 set. 2024.

SANT'ANNA, D. B. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Senac, 2008.

SANTOS, Y. L. dos. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, p. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463324ed00519>. Acesso em: 4 de out. 2024.

SANTOS, N. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 10, Rio de Janeiro, 1946.

SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. 2 T. Lisboa: Na Typographia Lacérdina, 1813.

SILVA, A. M. da S. *De fontes e aguadeiros a penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas - RS*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, F. L. da. Águas revoltas: as tensões entre aguadeiras/os à beira do chafariz. *Anais do 41º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*, São Paulo, n. 41, p. 467-478, 2022.

SILVA, M. B. N. da. A Intendência-Geral de Polícia: 1808-1821. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204, jul./dez. 1986.

SILVA, R. A luta pela água. In: SILVA, F. N. (dir.). *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOARES, J. de S. *A polícia na corte imperial: mesclas e acomodações entre a inovação e a tradição*. Porto Alegre: Letra 1, 2021.

SOARES, L.C. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

TRINDADE, L. A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma. In: Lorezo Bartolozzi, María del Mar; Méndez Hernán, V. (coord.). *Patrimonio cultural vinculado con el agua: paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*. Mérida: Editora Regional de Extremadura, p. 367-380, 2014.

TURAZZI, M. I. A representação de tipos e cenas do Brasil imperial pela Litografia Briggs. *Caiana*, v. 3, 2013. Disponível em: [http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article\\_2.php&obj=120&vo l=3](http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_2.php&obj=120&vo l=3). Acesso em: 24 maio 2024.

VIANA, P. F. Abreviada demonstração dos trabalhos de Polícia em todo o tempo que serviu o desembargador do paço Paulo Fernandes Viana de 5 de abril de 1808 a 26 de fevereiro de 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 55, Parte I, p. 373-380, 1892.

WISSENBACH, M. C. Os pequenos do chafariz: escravos e forros na cidade. In: *Sonhos africanos, vivências ladinhas.: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec/USP, 1998, p. 179-207.

Recebido em: 07/07/2024 – Aprovado em: 18/10/2024